

REZENDE, Antonio Paulo. História do movimento operário no Brasil.

Editora Ática: São Paulo, 1994. 88 pág.

Messias Araujo Cardozo¹.

Recebido em: 15.06.2018

Aceito em: 25.06.2018

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1306270>

48

O texto em questão que se pretende uma visão não homogeneizante do movimento operário brasileiro é composto de sete capítulos cobrindo um recorte que vai de 1892 a 1968. A ideia básica é enfatizar a diversidade e a dinâmica do movimento social dos trabalhadores brasileiros. No brevíssimo capítulo 1. “Escrever a História, mas que história?” O autor reflete sobre os reducionismos historiográficos em relação à temática e enfatiza a multiplicidade de formas de agrupamento social dos trabalhadores (ora contrapoder frente a ordem burguesa ora cooptados pela mesma) sendo que: “O nosso objetivo neste trabalho é analisar, de maneira sintética, a prática política da classe operária entre 1892 e 1968” (REZENDE, 1994, p. 8).

No capítulo 2. “Resistir é preciso (1892-1928)” o autor enfatiza o período da resistência operária para ele mais forte, fixando pontos importantes para o estudo sobre o movimento social dos trabalhadores frisando as “raízes remotas” do mesmo nas sociedades mutualistas, a criação do Partido Operário (1890), o I Congresso Operário Brasileiro (1892) contrastando assim certa visão historiográfica que vê na Primeira República apenas coronéis e acordos oligárquicos, todavia, “esse proletariado, em sua fase inicial de constituição, encontrava dificuldades imensas para se organizar” (Idem, p. 10). A imprensa operária presente e a ação do Estado reprimindo (via Lei Adolfo Gordo) também são citadas.

A presença do anarquismo era forte, segundo o autor a tese anarcossindicalista foi vitoriosa no Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906 no Centro Galego do Rio de Janeiro, “embora detivesse a hegemonia dentro do movimento, o anarcossindicalismo não estava sozinho, além dos socialistas, com sua estratégia reformista, o sindicalismo cristão se fez presente [...]” (Idem, p. 13). O autor trata das grandes greves gerais como a de 1917 em São Paulo iniciada no Cotonifício Crespi, sendo que “outras greves, merecedoras de destaque e que demonstram a presença efetiva do movimento operário, ocorreram nas principais cidades brasileiras” (Idem, p. 19). Em Março de 1922 é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e já em Julho fora posto na ilegalidade, sobre isso o autor cita uma informação relevante: “Só em 1924 o PCB seria aceito pela Internacional” (Idem, p. 25). O que

¹ Graduado em História pela UESPI (2012). Mestrando em História Social pela UFMA (2018-20). E-mail: messias.histsocial@gmail.com

demonstra a articulação crescente do fator partidário nas lutas sociais dos trabalhadores.

No capítulo 3. “A tutela estatal (1928-45)”, Antonio Paulo Rezende inicia falando do Bloco Operário lançado em 1926 propondo a participação nas eleições municipais e federais marcadas para 1927. Citando Bóris Koval² o autor aponta a existência de três correntes predominantes no período dentro do movimento operário nacional: 1. A sindicalista de esquerda, 2. A reformista de direita e a 3. Comunista de esquerda (Idem, p. 27, 28). Em 1928 o Bloco Operário e Camponês é lançado, embora para o autor, a aliança efetiva entre os grupos não tivesse ocorrido (talvez o agrarismo/industrialismo tivesse os dividido mais que os unido), para o autor: “Já se nota em 1927 que o PCB detém a liderança expressiva sobre alguns setores do operariado” (Idem, p. 29).

O autor não poderia deixar de lado o movimento de 1930 que ele denomina de “a revolução que não houve” (Idem, p. 30). Para o professor Antonio Rezende o significado de 1930 para o PCB era a identificação do mesmo com o fascismo. A Aliança Liberal era engodo fascista que alçou Vargas ao poder. A criação do “Ministério da Revolução” (Ministério do Trabalho) em Novembro de 1930 representou a perda da autonomia do movimento operário, a partir daí “está claramente definido o atrelamento do sindicato ao Estado, retirando-lhe a autonomia política, tão defendida pelo anarcossindicalismo” (Idem, p. 34).

A cooptação e a resistência a mesma se potencializam recíproca e dialeticamente. Os trotskistas praticamente se esfacelaram e a diminuição grande dos anarquistas e sua influência também são notáveis. Apesar da Aliança Nacional Libertadora (1935) e o PCB tendo Luís Carlos Prestes como seu presidente de honra e as suas e suas diretrizes de luta contra o imperialismo, o liberalismo e o latifúndio (mesmo na ilegalidade), o golpe de 1937 representa a intensificação de uma maior intervenção do Estado sobre o movimento dos trabalhadores, “na verdade, fortalecia-se toda uma ideologia que criava a ideia de um Estado acima das classes, onde o Ministério do Trabalho encarregava-se de tornar o operário dócil e útil” (Idem, p. 41).

No capítulo 4. “A classe operária e populismo (1945-64)”, o autor problematiza a “redemocratização” em sua relação com os trabalhadores, afirmando que o movimento é cada vez mais limitado, sobretudo em termos de estrutura sindical, “[...] fala-se e, ‘redemocratização’, mas sem um questionamento sobre o conteúdo dessa democracia, o que configura um quadro mais imaginário do que real” (Idem, p. 46). Apesar do crescimento do PCB, em 1947 novamente ele é posto na ilegalidade. A força do discurso faz Vargas (re)aparecer na cena política tentando legitimar-se diante das massas urbanas, sendo esse discurso marcadamente paternalista (Idem, p. 51). Vargas chega ao poder, porém a forte oposição e o isolamento acabam levando-o ao suicídio. Seu sucessor Café Filho é empossado, e: “Dentro desse contexto, a classe trabalhadora foi seriamente prejudicada pelas medidas adotadas pelo Governo” (Idem, p. 55).

Com Kubitschek na presidência nada de novo no front operário, sua política econômica mais uma vez excluía a classe operária dos benefícios dos cinquenta anos em cinco. Com Jânio Quadros e sua posterior renúncia, a crise político-

² *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*, 1982.

institucional se instala e a retórica anticomunista ganha cada vez mais espaço. O avanço da organização sindical em São Paulo nessa época concentrando a maior parte do operariado é a mais forte. O contexto é do pré-Golpe (1964).

No capítulo 5. “A luta, apesar de tudo (1964-68)”, a repressão aberta como política de “segurança nacional” via golpe de Estado se instala. A despolitização de amplos setores sociais e a proibição expressa de qualquer greve eram as diretrizes básicas, “a classe operária, sob controle garantiria o sucesso do modelo econômico a ser implantado pela tecnocracia” (Idem, p. 67). O cerco fecha-se, todavia as esquerdas destroçadas ainda sonhavam com a revolução. Frise-se que durante esse período: “A prática política da classe operária gera controvérsias não só ao nível da análise dos cientistas políticos e historiadores” (Idem, p. 69). O autor aponta o crescimento das organizações sindicais mesmo dentro desse contexto adverso/repressivo. Entretanto qualquer mobilização era inaceitável por parte do Estado autoritário.

Nesse capítulo o autor põe em evidência duas grandes greves ocorridas em 1968: As de Osasco Contagem, ambas no estado de São Paulo, para o professor Antonio Rezende: “De uma maneira geral percebe-se que as greves de Osasco e Contagem colocaram novas questões para o movimento operário, tornando-se bastante evidentes os limites que o cercam” (Idem, p. 79). Em síntese 1968 significou a redefinição dos objetivos políticos do movimento operário, todavia o silêncio se impôs violentamente, onde para o autor somente a partir de 1973 é que a rearticulação do movimento sindical se tornou historicamente mais evidente.

50

O capítulo 6. “Vocabulário crítico” traz 12 verbetes bem interessantes e úteis para quem estuda mundos do trabalho. O capítulo 7. “Bibliografia comentada” traz 16 referências que são substanciais com pequenos adendos explicativos de valor enorme para pesquisadores sobre movimentos operários no Brasil (nomes como Michael Hall, Bóris Fausto e Daniel Aarão Reis têm estudos comentados).

No geral a obra transcende em muito a ideia de um simples “manual” ou um texto estilo “síntese”. A abordagem que o autor faz dos movimentos sociais dos trabalhadores no Brasil pluralizam as visões históricas sobre o movimento operário nacional. As críticas que podem ser aventadas são mais de abordagem que propriamente de conteúdo como o seu tratamento mais do movimento operário no âmbito da região sudeste (que não pode ser identificado como movimento do país como um todo isso seria homogeneizar a partir de uma particularidade) e o seu recorte, porém, isso são pormenores. A obra é valiosa para o estudo dos mundos do trabalho no Brasil e do movimento operário no sentido plural, dinâmico e heterogêneo como um todo, uma leitura se não obrigatória ao menos importante quando não um ótimo ponto de partida.